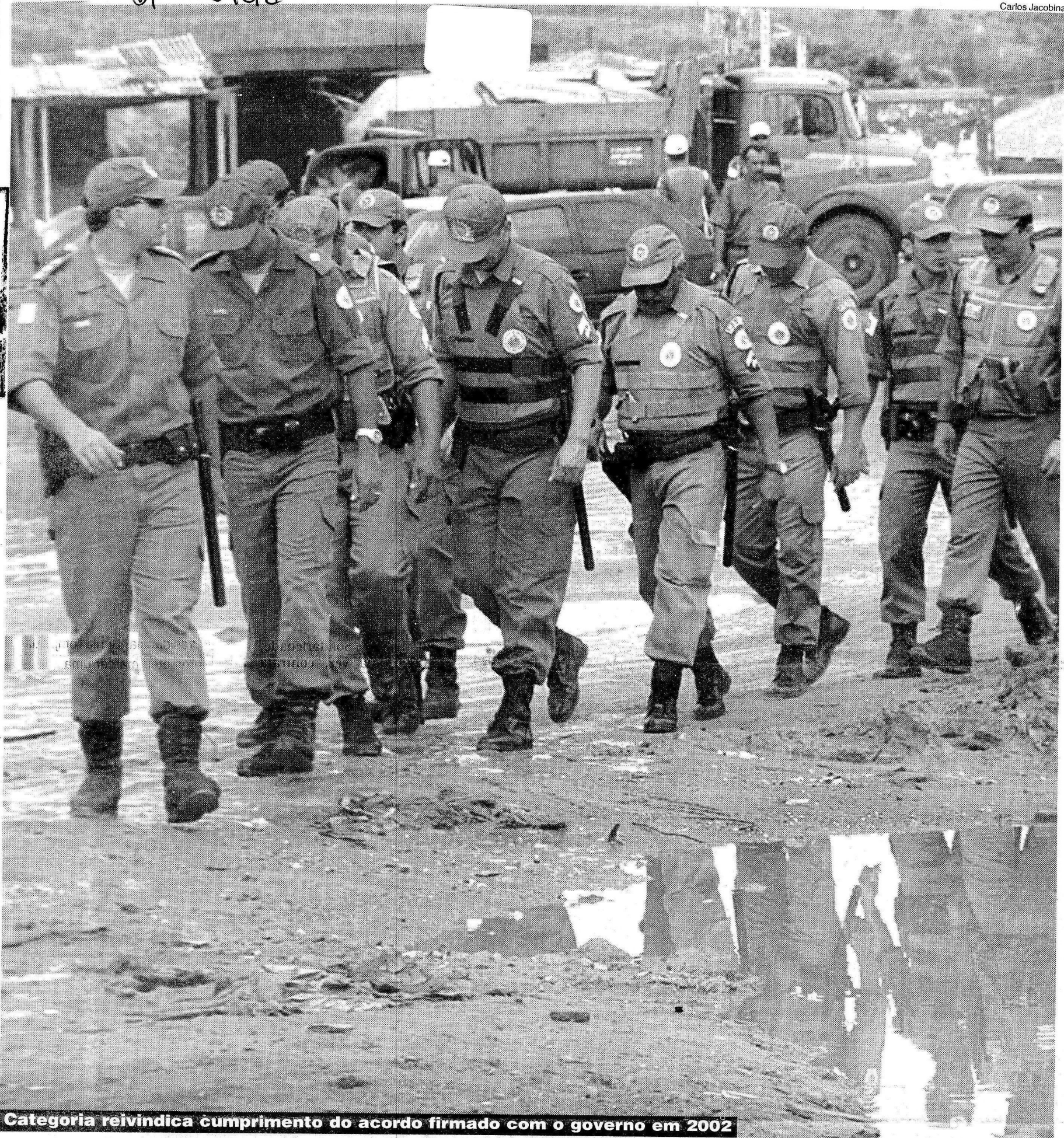




Categoria reivindica cumprimento do acordo firmado com o governo em 2002

PM DIVIDIDA

ENQUANTO OS LÍDERES DO MOVIMENTO GREVISTA DA POLÍCIA DIZEM QUE A OPERAÇÃO-PADRÃO ESTÁ EM PRÁTICA, A ASSESSORIA DA INSTITUIÇÃO NEGA, E AFIRMA QUE TODO O EFETIVO ESTÁ TRABALHANDO NORMALMENTE

Kelly Crosara

Choque de informações na Polícia Militar. Enquanto o movimento grevista garante ter colocado em prática, ontem, uma operação-padrão, que consiste na redução do número de policiais nas ruas e suspensão das rondas ostensivas pelas cidades, a assessoria da instituição nega a notícia e diz que todos estão trabalhando normalmente. Toda essa situação se formou durante assembleia realizada na última sexta-feira, em Taguatinga. Cerca de 600 policiais militares votaram a favor de uma greve para forçar o governo a negociar cláusulas que dizem não terem sido cumpridas do acordo da greve ocorrida em 2000.

O ex-cabo e líder grevista Sidney Patrício disse que a operação se estenderá até o dia 28 de março, onde está marcada nova assembleia. Segundo ele, caso o governo não atenda as reivindicações da classe, a paralisação é certa. "Queremos que o governo faça o seu papel. Está faltando uma reformulação no Plano Nacional de Segurança, onde o profissional seja valorizado como deve e não ser tratado como ele está sendo atualmente", afirmou.

De acordo com o líder, o coordenador de operação da Secretaria de Segurança Pública, coronel Lopes, a classe deve procurar o governo para resolver essa situação, já que é de lá que saem as verbas. Indignado com a posição da Secretaria, Sidney disse que o governo deve

ser o intermediador e não a classe. "Acho um absurdo a posição tomada pela Secretaria de Segurança Pública. Agora é só esperar para ver se o governo se manifesta", disse.

No ano de 2002, várias promessas foram feitas pelo governo, como o reajuste da gratificação pelo risco de vida de R\$ 350 para R\$ 700, a remuneração das horas extras e pagamento do seguro de vida de R\$ 50 mil para a família do policial morto ou que fique inválido em serviço. Agora os policiais militares só querem que esse compromisso seja cumprido. Sidney disse que acha um absurdo um policial civil e um agente do Detran ganhar R\$ 800 e R\$ 700 respectivamente pelo risco de vida e a PM e Bombeiros receberem menos

da metade, apenas R\$ 350.

O líder grevista disse que está ciente dos perigos que a população passará durante estes dias, pois somente as chamadas de emergência, feitas pelo número 190, serão atendidas, mas acha que o governo deve saber a importância do trabalho realizado por eles. "A violência não é combatida aumentando apenas o efetivo. Nossa classe precisa ser valorizada", disse. De acordo com uma pesquisa realizada pelo Ministério da Justiça, Brasília é considerada a cidade mais violenta do País.

Os policiais estão reivindicando o pagamento integral da Gratificação Operacional (GOMP e GOBM), referente ao risco de vida, subindo de R\$ 350 para R\$ 600. A regulamentação

de planos de carreira. A complementação do pagamento da etapa alimentação (valor em dinheiro pago no salário), passando de R\$ 350 para R\$ 600. Pagamento de R\$ 50 mil para as famílias de policiais mortos em serviço. Melhores equipamentos à PM A subordinação do serviço de inteligência da PM (a P2) diretamente à Secretaria de Segurança Pública (SSP). A desmilitarização e a unificação das polícias, com um segmento responsável pela polícia ostensiva e outro pela polícia judiciária. A categoria está reivindicando ainda a equiparação de benefícios concedidos aos praças com os mesmos valores pagos a oficiais. Auxílio-moradia, auxílio-alimentação e auxílio-farda são maiores conforme for a patente do militar.